SEMINÁRIO
POLÍTICAS
PÚBLICAS
JUVENTUDE
EM PAUTA
2010

TEXTO PARA DISCUSSÃO

CULTURA

Políticas públicas de cultura para a Juventude do Governo Federal:

Não é o que não pode ser

Eleilson Leite*

Introdução

O levantamento aqui apresentado constatou que não há políticas públicas na área da cultura na esfera federal, especificamente voltadas para os jovens. O que existem são ações relativamente pontuais ou conectadas a programas cujo público alvo não segue uma faixa etária exclusiva. Quando algumas iniciativas fazem um recorte etário na faixa dos 15 aos 29 anos, são apêndices de políticas mais amplas como são os casos do Agente Cultura Viva, que está vinculado aos Pontos de Cultura no âmbito do Programa Cultura Viva e o Agente de Leitura ligado ao Plano Nacional do Livro e da Leitura dentro do Programa Mais Cultura.

Essa constatação de ausência de política políticas públicas de cultura para o os jovens , foi também detectado pelo CONJUV – Conselho Nacional de Juventude no seu levantamento recentemente elaborado e ainda inédito que avalia as políticas públicas federais voltadas ao segmento juvenil nas diversas esferas do Governo. Tanto neste documento, como no Guia de Políticas Públicas de Juventude publicado em 2010 pela Secretaria Nacional de Juventude, a única referência que é feita na área da cultura é o Programa Cultura Viva ao qual estão vinculados os Pontos de Cultura[1].

Os Programas Mais Cultura, ligado à Secretaria de Articulação Institucional - SAI e Cultura Viva, que está dentro da Secretaria de Cidadania Cultural – SCC são as políticas do MinC que articulam mais ações para a juventude. Além dos Pontos de Cultura, Agente Cultura Viva e Agente de Leitura, há também o Espaço Mais Cultura que é uma iniciativa destinada a construir, reformar ou ampliar centros culturais em parceria com municípios. Não obstante, há no organograma do Ministério da Cultura um lugar exclusivo para a Juventude. Este lugar está na Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural – SID que atua junto a 14 segmentos[2] da sociedade, entre os quais estão os jovens.

A SID vem se dedicando à promoção da cultura hip hop, considerando que, com isso, está contemplando a juventude, sobretudo os jovens urbanos. Desde que foi criada em 2003, ésta Secretaria implementou duas iniciativas voltadas para esta expressão cultural . A primeira foi o

---

[1] O Programa Cultura Viva nasceu em 2004, para estimular e fortalecer no país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura selecionados por meio de editais públicos, criado pelo do Ministério da Cultura (MinC), regulamentado pelas Portarias MinC nº 156 e nº 82, de 06 de julho de 2004 e de 18 de maio de 2005, e é executado pela Secretaria de Cidadania Cultural (SCC), que até 2008 se chamava Secretaria de Programas e Projetos Culturais. Fonte: Ministério da Cultura http://www.cultura.gov.br/culturaviva/

[2] Os 14 segmentos são: Culturas Populares, Culturas Indígenas, Culturas Ciganas, LGBT, crianças, Idosos, Jovens, Pessoas com deficiência, Saúde mental, trabalhadores urbanos; Comunidades tradicionais de terreiro, Imigrantes, Mulheres, trabalhadores Rurais. Fonte: Ministério da Cultura/Secretaria da identidade e da Diversidade Cultural – programação do Encontro da Diversidade – Independência da Cultura, Rio de Janeiro 4 a 6 de Setembro de2010.

festival Rap Rep realizado em 2007 em Campina Grande/PB. O evento, também chamado de Encontro Nacional de Rappers e Repentistas, tinha por objetivo um diálogo entre as várias linguagens artísticas ligadas à cultura hip-hop (dj's, grafite, rap, b-boy) com as linguagens associadas ao repente de viola nordestino (embolada, coco, xilogravura e cordel). A segunda foi o Prêmio Cultura Hip Hop – Edição Preto Ghóez que foi lançado em 2010 e obteve mais de mil inscrições concorrentes a 135 prêmios que somam R$ 1,7 milhão.

A análise das ações do Programa Cultura Viva e do Mais Cultura assim como as iniciativas da Secretaria da Identidade e Diversidade demonstra que o MinC entende o jovem como uma questão social na medida em que o considera apenas como um segmento vulnerável. A juventude é focada em função de suas carências e não de sua potência. Ou seja, o tema da juventude na política de cultura do Governo Federal é algo compensatório. Não é transversal e muito menos estrutural. Embora haja muita boa vontade, não existe uma visão clara por parte do Ministério da Cultura sobre as demandas da juventude como recomenda o CONJUV. Talvez isso explique o fato de o orçamento federal destinado à juventude na área cultural seja pequeno e mal aplicado. De acordo com o estudo produzido pela Agere, Cooperação em Advocacy, o montante destinado à ações para a juventude no MINC saltou de R$ 9.247.844,00 em 2003 para R$ 311.327.869,00 em 2010. Embora baixo, trata-se de um aporte jamais visto no setor. Mas sua utilização tem sido, via de regra, inferior a 60% do autorizado[3]. Do previsto para 2010, por exemplo, apenas 11,57% foi aplicado, segundo o mesmo estudo.

Análise das experiências

Não existe, portanto, um conjunto coeso e abrangente de ações no Ministério da Cultura destinadas à juventude. E também não há, em alguns casos, uma implementação efetiva do que se propõe a fazer. Mas deve-se considerar o esforço que o MinC vem tendo na busca de uma política que contemple a juventude. Analisaremos a seguir cinco iniciativas: Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura, Agente Cultura Viva, Espaços Mais Cultura, Agentes de Leitura Mais Cultura e Prêmio Cultura Hip Hop.

1 – Programa Cultura Viva

O Programa Cultura Viva foi concebido em 2004 e estava vinculado à recém-criada Secretaria de Programas e Projetos do Ministério da Cultura . Por meio deste Programa pretendia-se articular "uma rede de gestão e criação pelo país" [4]. Ou seja, era a área do MinC encarregada de promover ações efetivas junto à população, grupos culturais e artistas. Com um desenho inovador e uma visão da cultura como geradora de processos criativos nas comunidades, o Cultura Viva veio dar lugar a um projeto completamente diferente.

Quando o Célio Turino[5] assumiu, naquele ano, a Secretaria de Programas e Projetos, sua missão era implementar as BACs – Bases de apoio à Cultura, idéia que vigorava até então e que se baseava na construção de centros culturais em centenas de cidades pelo Brasil. Eram estruturas pré-montadas com teatro, estúdio, salas para oficina, bibliotecas, espaço para shows, entre outros itens que se

---

[3] Agere Cooperação em Advocacy/Fundação Avina – Orçamento da Juventude, São Paulo, 2010 - Inédito.
[4] www.cultura.gov.br/culturaviva
[5] Historiador, ex secretário de cultura de Campinas na década de 1990, assessor da Secretaria de esportes e Lazer da Prefeitura de são Paulo na Gestão Marta Suplicy (2001 a 2004).

instalariam nas periferias e favelas. De acordo com o relato do então secretário não havia conceito, apenas um projeto arquitetônico .[6]

O problema, segundo ele é que o principal entusiasta dos BACs era o Presidente Lula[7]. Talvez impressionado com os CEUs – Centro de Educação Unificado criados em São Paulo naquela mesma época, o Presidente encomendou ao então Ministro Gilberto Gil algo semelhante, pelo menos em termos de estrutura. Mas Célio Turino dias antes de tomar posse conseguiu formular um novo conceito que agradou ao então Secretário Executivo do Ministério Juca Ferreira e também ao Ministro Gilberto Gil que precisavam de uma contra proposta convincente para não atender o desejo presidencial do qual discordavam. "No lugar de olhar para a estrutura, você olhou para o fluxo. E fluxo é vida", disse Gilberto Gil a Célio[8]. E assim as BACs deram lugar ao Cultura Viva.

Toda a concepção do Programa Cultura Viva está baseada no Ponto de Cultura que é uma idéia que Célio Turino trouxe de sua experiência na Secretaria de Cultura de Campinas: " A expressão Ponto de Cultura foi utilizada pela primeira vez no final da década de 1980, quando o secretário de cultura em Campinas era o antropólogo Antonio Augusto Arantes; eu trabalhava com ele , como chefe da Divisão de Museus. O primeiro espaço a levar esse nome foi o Ponto de Cultura de Joaquim Egídio, um distrito rural com velhas fazendas de café, casarões abandonados e montanhas"[9]. Os primeiros editais de seleção de Pontos de Cultura foram realizados em 2004 e 2005. No final do primeiro mandato do Governo Lula chegavam 642 em todo o País e atualmente são cerca de três mil como será visto mais adiante.

Além dos Pontos de Cultura, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, nome oficial do Cultura Viva, hoje conta com outras quatro ações: Ação Cultura e Saúde; Ação Escola Viva; Ação Cultura Digital e Ação Griô[10]. Associado aos Pontos de Cultura estão os Pontões de Cultura que são redes temáticas de pontos de cultura e os Pontos de Rede que é efetivamente a rede que integra todos os pontos e realiza seus encontros que são chamados de Teia. No início o Cultura Viva contava com a Ação Agente Cultura Viva, que era uma parceria com o Ministério do Trabalho. O acordo se desfez e a iniciativa retornou como Prêmio Agente Cultura Viva como será abordado posteriormente.

O Cultura Viva teve um incremento orçamentário com a criação do Programa Mais Cultura lançado em 2007 e também conhecido como PAC da Cultura. Além de reforçar a criação de Pontos e Pontões de Cultura, a verba adicional contribuiu para a implementação de alguns dos 13 prêmios do Cultura Viva: Prêmio Cultura Viva ; Prêmio Agente Escola Viva; Prêmio Agente Cultura Viva (atualmente Bolsa Agente Cultura Viva – analisado adiante); Prêmio Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto; Prêmio Cultura e Saúde; Prêmio Tuxaua Cultura Viva; Prêmio Interações Estéticas; Prêmio Pontos de Mídia Livre; Prêmio Areté; Prêmio Estórias de Pontos de Cultura; Prêmio Ludicidade e Pontinhos de Cultura[11]. Em 2008 a Secretaria de Programas e Projetos Culturais passou a se chamar Secretaria de Cidadania Cultural. Em abril de 2010, Célio Turino deixa o comando desta Secretaria para se candidatar a deputado federal pelo seu Partido político, PC do B[12], cedendo lugar para TT Catalão.

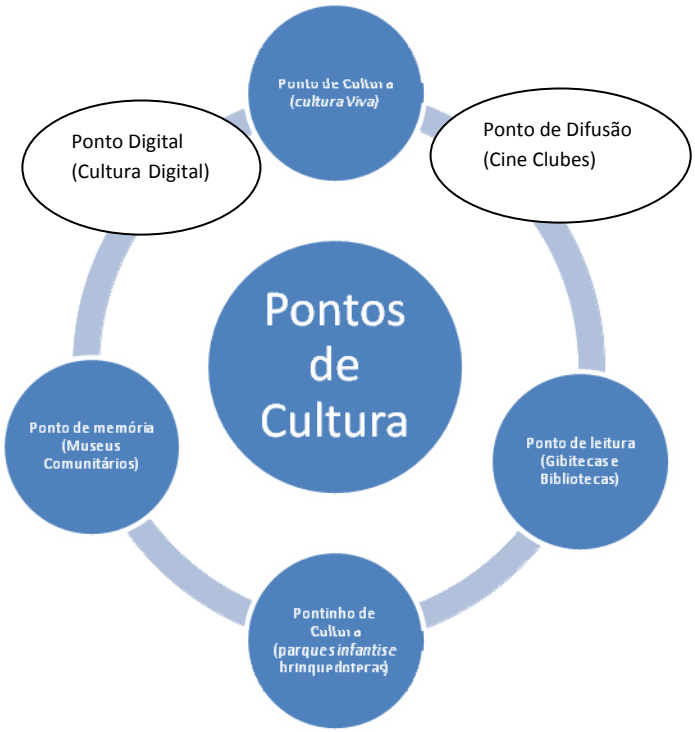
1.1 – Pontos de Cultura

---

[6] Turino, Célio – Pontos de Cultura - O Brasil de Baixo Para Cima, Anita Garibaldi, São Paulo, 2009.
[7] Turino, Célio, op cit.
[8] Turino, Célio, op. Cit.
[9] Turino, Célio, op.cit
[10] Almanaque Cultura Viva, Secretaria da Cidadania Cultural, Brasília, 2010
[11] Almanaque Cultura Viva, op. Cit.
[12] Apesar de todo o êxito da política dos pontos de cultura e a ampla e positiva projeção do secretário, ele obteve apenas pouco mais de 10 mil votos e não se elegeu.

Os Pontos de Cultura certamente são um dos exemplos mais emblemáticos da gestão do Ministério da Cultura implantada a partir de 2003 pelo então Ministro Gilberto Gil. No seu discurso de posse no dia 2 de janeiro daquele ano, Gil usou a expressão "do-in antropológico" para representar a proposta do órgão. Como explica Célio Turino, "do- in é massagear pontos vitais do organismo humano, destravar, liberar energias" [13]. Embora não tenha sido uma ideia do compositor baiano, os Pontos de Cultura vieram dar forma a sua concepção de política cultural.

De acordo com a SCC – Secretaria de Cidadania Cultural, "o Ponto de Cultura é a ação prioritária do programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. É o ponto nodal a partir do qual, em interações com outros Pontos, começa a se construir uma rede não hierarquizada de trocas entre os Pontos, e ganham novo impulso suas iniciativas junto às suas comunidades pela ampliação de suas relações, contatos, parcerias, etc "[14]. Os Pontos de Cultura têm várias ramificações e conexões como mostra a ilustração abaixo:



Até o ano 2009 existiam 2300 Pontos de Cultura cadastrados que atingiam regular e esporadicamente 6.550.000 pessoas movimentando R$ 130.183.000,00, segundo Pesquisa do IPEA feita sob encomenda do Ministério da Cultura[15]. Numa primeira etapa nos anos de 2004 até 2006 o conveniamento dos pontos de cultura era feito diretamente com Ministério da Cultura. Depois disso se estabeleceu parcerias com municípios e estados e são esses, os entes federativos responsáveis

---

[13] Turino, Célio, op. Cit.
[14] Almanaque Cultura Viva, op. Cit.
[15] Silva, Frederico A Barbosa da; Araújo, Herton Ellery (org.), Avaliação do programa Educação Cultura e Cidadania – Cultura Viva Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

pelo repasse de recursos atualmente, compartilhando a gestão com os Pontos. A maioria dos Pontos está na região Sudeste que concentra 44% deles. O Estado de São Paulo é líder com 420 unidades[16]

O enunciado do Programa Cultura Viva no que diz respeito ao seu público alvo, está assim escrito:

"Populações com baixo acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural ou a necessidade de reconhecimento da identidade cultural. Adolescentes e jovens expostos a situação de vulnerabilidade social"

De acordo com a referida pesquisa do IPEA, a partir de uma amostragem de 386[17] Pontos de Cultura, a maioria deles declara como público alvo preferencial jovens adultos, adolescentes e estudantes da rede pública de ensino. Mas no mapeamento dos Pontos de Cultura feito pelo IPSO - Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos, também contratado pelo MINC, entre os 1396 Pontos de Cultura cadastrados, somente 359 deles estão caracterizados com o perfil relacionado a jovens (e crianças)[18]. O estudo do IPEA observou uma coerência entre as pessoas que freqüentam os Pontos de Cultura com o que definem como público-alvo, embora essa constatação não se baseie em dados quantitativos que levem em conta a faixa etária dos mesmos. A pesquisa quantifica o público usuário, mas o caracteriza apenas segundo o critério territorial: se é da comunidade ou não. Não obstante, há evidências de uma significativa presença de jovens freqüentando os Pontos de Cultura em função de suas programações, espaços e serviços e do tipo de equipamentos como será visto adiante. Mas falta uma averiguação mais rigorosa sobre o perfil do usuário para se constatar, com rigor, a adequação do público freqüentador em função do que é declarado pelas organizações que são Pontos de Cultura.

Já sobre os profissionais que trabalham nos Pontos de Cultura, há uma caracterização de perfil por faixa etária. Este dado porém não está publicado na pesquisa sobre o Programa Cultura Viva da qual extraímos os dados utilizados neste artigo e sim no capítulo Juventude e Cultura do livro Juventude e Políticas Sociais no Brasil, também do IPEA, publicado em 2009 e escrito pelos mesmos organizadores da referida pesquisa. De acordo com o que está publicado naquele texto, a média de idade dos gestores é de 40 anos. Apenas 22% dos gestores são jovens entre 15 e 29 anos. Por outro lado, entre os agentes culturais que trabalham de forma permanente nos Pontos de Cultura, a predominância é de 64,2% de jovens[19]. Porém os agentes culturais representam apenas 5% dos profissionais dos Pontos de Cultura, segundo a própria Pesquisa ampla sobre os Pontos de Cultura. Além de pouco representativo, entre os profissionais, os agentes culturais podem ser, boa parte deles, os bolsistas do Programa Agente Cultura Viva que é também uma ação do Programa Cultura Viva, vinculada aos Pontos de Cultura e que se destina exclusivamente a jovens.

Isto posto, chegamos à constatação de que grande parte dos Pontos de Cultura são para jovens e não de jovens. Disso se denota a questão: O público beneficiado pela política são também os que organizam os pontos ou é somente o público que dele usufrui? Sendo o gestor do Ponto de Cultura um grupo artístico, certamente são os dois. Mas e se for uma ONG? Em princípio, uma ONG não se

---

[16]300 delas foram conveniadas no final de 2009 no primeiro edital feito a partir de convênio entre o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura do Estado.

[17]O IPEA listou 526 pontos entre os conveniados até dezembro de 2007 para aplicação de um questionário amplo, mas apenas 386 foram considerados. Dos 140 excluídos, 41 é porque não foram visitados e os demais apresentavam as seguintes ocorrências: desativado (22); local inexistente (13); atividades suspensa (36); não iniciou atividades (25), Silva, Frederico A Barbosa da e Araújo, Herton Ellery (org), op. cit.

[18] Fonte www.mapasdarede.org.br dados atualizados em 2010.

[19] Barbosa, Frederico e Araújo, Herton in Juventude e Políticas Sociais no Brasil – Ipea, Brasília, 2009

define como um fim em si mesmo. Ela existe em função de suas causas e de sua atuação na sociedade. Sendo assim, fortalecer este tipo de organização da sociedade civil seria um objetivo importante para uma política pública. Por outro lado, há muitos grupos artísticos, alguns com certa predominância juvenil, que se institucionalizaram como associação civil sem fins lucrativos. Muitos deles inclusive, assim o fazem justamente para ter a condição de disputar editais públicos, hoje em dia amplamente disseminados não só na instância do governo federal, mas também em muitos estados e municípios. Ou seja, os Pontos de Cultura podem sim serem considerados como uma ação voltada para jovens, mas é preciso considerar que sua incidência na juventude se dá mais em função do seu público alvo e menos pelo perfil de seus proponentes e gestores.

Observando a programação dos Pontos de Cultura e o que disponibilizam em termos de equipamentos , percebe-se que são ofertados bens e serviços culturais pertinentes aos interesses dos jovens, sobretudo considerando que esses centros culturais , na sua imensa maioria, se encontram em regiões com maioria da população de baixa renda, ou lidam com um público com pouco acesso à atividades culturais tanto para a produção como para a fruição.

Atividades desenvolvidas nos pontos de cultura[20]

Música	92%

[20] Silva, Frederico A Barbosa da; Araújo, Herton Ellery (org.), Avaliação do programa Educação Cultura e Cidadania – Cultura Viva Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília 2010.

Manifestações populares	71%
Audiovisual	65%
Teatro	59%
Literatura	58%
Outros	56%
Artesanato	54%
Dança	53%
Artes Plásticas	51%
Fotografia	43%
Cine-clube	41%
Artes gráficas	35%
Grafite	25%
Cinema	25%
Circo	15%
Arquitetura	5%

Tendo como base a Pesquisa Retratos da Juventude Brasileira realizada pelo Instituto Cidadania, as atividades desenvolvidas nos Pontos de Cultura vão de encontro às necessidades dos jovens com pouco acesso a bens culturais . Segundo este levantamento, 62% dos jovens nunca foram ao teatro; 92% nunca assistiram a um concerto de música clássica; 69% nunca foi a um Museu; 75% nunca foi a uma exposição fotográfica; 80% nunca foi a um espetáculo de dança moderna; 94% nunca foi a um espetáculo de balé clássico[21]. A mesma pesquisa revela que, entre os que têm acesso, como os 38% que já frequentaram teatro pelo menos uma vez, 70% têm ensino superior e 65% possuem renda superior a dez salários mínimos.

Há uma relação evidente, e por demais sabida, entre acesso à cultura e os níveis de escolaridade e renda. Os Pontos de Cultura, portanto, lidando com o público com menos acesso, acaba por colaborar para reduzir o abismo existente entre os padrões de consumo cultural de ricos e pobres. Por outro lado, os Pontos ajudam a romper a lógica de que o acesso à cultura se restringe ao circuito cultural convencional baseado nos grandes teatros, museus e cinemas comerciais. Um filme pode ser visto numa sala multiuso; uma peça de teatro pode ser encenada num galpão, numa escola ou na rua; uma biblioteca pode ser montada em um açougue, numa borracharia ou num bar; uma exposição pode ser feita numa Estação de Trem ou mesmo em muros, como o graffiti. Tudo isso com qualidade artística que é uma busca permanente dos Pontos.

Por outro lado, a pesquisa do Instituto Cidadania aponta que 77% já foi ao circo; 40% foi a shows de rock/hip hop/funk, etc; 61% foi ao cinema e 64% a shows de música brasileira[22]. Ou seja, os Pontos de cultura também estão sintonizados com as demandas dos jovens naquilo que já é do seu padrão de consumo. Neste caso, provavelmente consigam oferecer uma programação cultural com maior diversidade em termos estéticos. É notável aqui a presença das manifestações populares (71%) entre as atividades mais desenvolvidas nos pontos de cultura.

---

[21] Brenner, Ana Karina; Dayrell, Juarez e Carrano, Paulo, in Abramo, Helena Wendel e branco, Pedro Paulo Martoni - Retratos da Juventude Brasileira – análises de Uma Pesquisa Nacional, Editora da Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, São Paulo, 2005.

[22] Brenner, Ana Karina; Dayrell, Juarez e Carrano, Paulo, op.cit.

Tipo de espaço/serviços mais presentes nos pontos de cultura[23]

Salas de aula	85%
Salas de projeção audiovisual	70%
Laboratório de informática	69%
Biblioteca	68%
Salas de exposição	65%
Auditórios	54%
Ateliês	44%
Palcos tablados	41%
Teatro/arena	34%
Estúdio de música	32%
Quadras de esporte	24%
Discoteca	22%
Brinquedoteca	15%
Laboratório de fotografia	11%

Os números acima indicam uma razoável oferta de serviços e espaços nos pontos de cultura para atividades artísticas de interesse do segmento juvenil como estúdio de música, laboratório de informática, ateliês, discoteca, quadra de esporte, salas de projeção. A existência dessa oferta indica que os pontos são espaços tanto para o acesso à cultura como para o desenvolvimento artístico e cultural de seus frequentadores. Interessante a grande presença de salas de aula. Isso denota uma característica das mais marcantes dos Pontos que é a formação/capacitação.

1.2 - Agente Cultura Viva/Bola Agente Cultura Viva

Em 2009, o Ministério da Cultura por meio da Secretaria de Cidadania Cultural lançou o Edital Bolsa Agente Cultura Viva voltado para jovens de 15 a 29 anos e selecionou 90 projetos de Pontos de Cultura, que beneficiarão 360 bolsistas (quatro para cada um dos pontos selecionados) , totalizando um investimento de mais de R$ 2,5 milhões. Cada jovem recebe o valor de R$ 4.560,00, divididos em 12 parcelas mensais. A conclusão do processo de seleção, bem como o respectivo repasse do recurso foi feito apenas no primeiro semestre de 2010. Dessa forma não é possível averiguar a eficácia desta iniciativa que é desde a criação dos pontos de cultura a ação com recorte etário mais definida dentre as ações do programa Cultura Viva. O edital foi lançado junto com o Escola Viva, outra ação vinculada aos pontos, relacionando-os às escolas públicas de seu entorno. Este edital também incidiu sobre 90 pontos com quatro bolsas para cada um. São iniciativas de pequena escala, mas que representam para a SCC uma questão de honra, pois se trata de resgatar uma proposta de 2004 implementada em parceria com o Ministério do Trabalho que acabou não tendo continuidade.

A ideia do Agente Cultura Viva está na gênese do Ponto de Cultura. Diante do insucesso do Programa Primeiro Emprego, lançado em 2003[24], o Ministério da Cultura propôs que o recurso fosse aplicado na formação de agentes culturais nos Pontos de Cultura. O subsídio neste caso seria menor: R$ 900,00.[25]

---

[23] Silva, Frederico A Barbosa da; Araújo, Herton Ellery (org.), op. cit.

[24] Destinava-se a subsidiar o primeiro emprego dos jovens. O Governo Federal oferecia R$ 1.500,00 para cada novo posto de trabalho, destinado a jovens sem experiência profissional. A idéia não deu certo, entre outros motivos, porque as empresas não queriam contratar os jovens com o perfil definido pelo programa, ver Turino, Célio, Pontos de Cultura – O Brasil de Baixo Para Cima, op. cit.

[25] Turino, Célio, op. Cit.

Houve apenas uma edição do Agente Cultura Viva no período 2004/05. Divergências de concepções entre os dois ministérios, além de entraves burocráticos na transferência dos recursos inviabilizaram a ideia e a parceria. Mas durante sua vigência foram capacitados 10 mil jovens nos pontos de cultura existentes na época[26]

Algum tempo depois, no âmbito do Pró-Jovem, a SCC tentou nova parceria com o Ministério do Trabalho; propôs o Pró-Jovem Cultura que daria lugar à ideia do Agente Cultura Viva. Não houve entendimento. Segundo relato de Célio Turino, então titular da SCC, a ideia que prevaleceu era de que a cultura deveria entrar apenas como conteúdo da formação profissional dos jovens nas demais modalidades do Pró-Jovem (Pró-Jovem Urbano, Rural, Adolescente, Profissional, etc.) [27]. O MinC desistiu da parceria e buscou com recursos próprios reeditar o Agente Cultura Viva.

O edital de 2009 representa, portanto a retomada. Publicado no Diário Oficial da União, seção 3, nº 177, de 16 de setembro de 2009 diz o seguinte: "selecionar 90 (noventa) projetos de Pontos de Cultura cujo o foco seja o protagonismo juvenil, empoderamento social e o desenvolvimento pessoal e social de 4 (quatro)jovens na faixa etária de 15 a 29 anos envolvidos em uma das ações do Programa Cultura Viva"[28].O caráter é assumidamente experimental e foi formulado na forma de prêmio [29].

A orientação do Ministério é para que os jovens contemplados dediquem sua atuação em dois eixos temáticos. Um se volta à criação, circulação e difusão da produção artística dos próprios Pontos de Cultura. O outro que tem o nome de Cultura e Cidadania envolve ações socioeducativas, ações de saúde, meio ambiente e economia solidária. Os 90 projetos selecionados estão equilibradamente espalhados pelo Brasil com presença de Pontos de Cultura urbanos e rurais. Os 360 jovens escolhidos, quando observados pela sua distribuição nos estados e municípios denota-se o quanto a iniciativa tem de baixo impacto. Para se ter uma ideia, no Estado de São Paulo que tem cerca de 500 Pontos de Cultura, foram sete projetos selecionado; apenas 28 bolsistas. Na Cidade de São Paulo ficam oito deles. Na fase atual, portanto, não dá para considerar o Agente Cultura Viva como uma política e sim um experimento de política. Mas seria importante que o Ministério da Cultura apresentasse uma avaliação do Agente Cultura Viva na sua fase inicial em 2004/05 quando era feito em parceria com o Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento Social. Afinal foram mais de 10 mil jovens formados. Qual foi o resultado qualitativo dessa ação?

Ao término da Bolsa Agente Cultura Viva referente ao Edital vigente, é necessário também, que o Ministério da Cultura verifique a eficácia da iniciativa, pois ela parece ter um potencial importante para se reproduzir em grande escala, atingindo a maior parte dos Pontos com um número maior de bolsistas para cada um. Mas para alcançar uma abrangência maior, porém, certamente teria que o Agente Cultura Viva estar ancorado em políticas mais amplas como o Pró Jovem no seio do qual teve origem. Seria necessário retomar o diálogo com o Ministério do Trabalho. Neste caso a participação dos municípios é fundamental. Esses entes federativos têm um grande papel na ampliação do atendimento. Somente com os recursos do MINC, que na verdade, neste caso, são do Fundo nacional de Cultura, fica inviável. Outra alternativa seria incorporá-lo ao Programa Mais Cultura que é o PAC da Cultura que, como será visto mais adiante neste texto, criou uma ação semelhante com Agentes de Leitura Mais Cultura.

---

[26] Almanaque Cultura Viva.
[27] Turino, Célio, op. Cit.
[28] www.cultura.gov.br
[29] Turino, Célio, op. Cit.

2- Programa Mais Cultura

Alguns meses após assumir o segundo mandato na Presidência da República em 2007, Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, um conjunto de ações articuladas nas diversas instâncias de governo no âmbito federal e parcerias com Estados e municípios, concebidas para alavancar o desenvolvimento e ampliar as políticas sociais. Muito centrado em obras de infraestrutura, o PAC ficou conhecido como um programa voltado para a construção de portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, obras de saneamento, moradia e energia elétrica. Mas havia na iniciativa, ações de educação, saúde, meio ambiente e também para a Cultura, além de outras.

No dia 04 de outubro daquele ano foi lançado então o PAC da Cultura que foi batizado de Mais Cultura. O Ministério da Cultura com isso recebe uma verba adicional ao seu orçamento para ampliar suas ações nos diferentes programas em andamento e para criar novos projetos. Neste período o orçamento do MINC ultrapassou a faixa de R$ 1 bilhão e foi progressivamente aumentando até chegar em 2010 a R$ 2,2 bilhões, cinco vezes mais que o orçamento de 2002, último ano da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Estabelecido este novo patamar da política do Ministério com o anúncio do Mais Cultura, Gilberto Gil deixa a chefia da Pasta no ano seguinte, entregando-a a seu secretário executivo Juca Ferreira seu braço direito desde o início de sua gestão. Juca, baiano como Gil, integrante (e dirigente) do Partido Verde, como Gil[30], dá continuidade à política de seu antecessor e assume para si, a difícil tarefa de encaminhar a mudança da Lei Rouanet e do Direito Autoral. O desgaste do debate público era compensado pela ampla ação de governo, garantida em grande parte pelo Mais Cultura. Estima-se que nos últimos 2 anos, foram publicados cerca de 150 editais. Somente na FUNARTE em 2010 foram mais de 30. Passamos a viver a era dos editais, fato que também influenciou os Estados e municípios.

Implementado sob a coordenação da Secretaria de Articulação Institucional , o Programa Mais Cultura e está estruturado em três dimensões:

1) *Cultura e Cidadania*. Voltada mais às ações locais, nesta dimensão os Pontos de Cultura têm uma relevante participação. Foram criados os Pontinhos de Cultura, Cine Mais Cultura, Pontos de Leitura e os Agentes de Leitura Cultura Viva. Além disso, investiu em conteúdo para as TV Pública, em periódicos de cultura (aporte de recurso via edital público à publicações já existentes para distribuí-las aos pontos de cultura/leitura e bibliotecas públicas) e também o Vale Cultura que é um instrumento semelhante ao Vale Transporte, no qual o trabalhador assalariado que recebe até cinco salários mínimos ganhará um crédito de R$ 50 reais para gastar com produtos culturais.

2) *Cultura e Cidade*, o foco aqui é na criação, reforma ou ampliação de espaços culturais nas cidades a fim de ampliar o acesso da população à atividades culturais. Voltado prioritariamente às periferias e favelas, este eixo do Mais Cultura se baseia em três ações: Espaço mais Cultura; Bibliotecas Mais Cultura e Pontos de Memória Mais Cultura.

3) *Cultura e Economia*. Pretende melhorar o ambiente econômico para investimentos no setor cultural, gerando negócios que resultem em emprego, trabalho e renda. São três ações. Uma de

---

[30] Juca Ferreira, que era membro da Executiva Nacional do PV até o início de 2010, se licenciou por um ano do Partido quando este lançou a candidatura de Marina Silva à Presidência da República. O mesmo não aconteceu com o músico Gilberto Gil que manteve-se filiado e foi um grande entusiasta da candidatura da ex ministra do Meio Ambiente.

apoio a microprojetos de empreendedores; outra de linha de crédito vinculada a diferentes bancos públicos federais e por último o PROMOART que é uma ação para promover o artesanato.

Analisaremos aqui as ações Agentes de Leitura Mais Cultura e Espaço Mais Cultura por serem as ações do Programa com maior incidência junto à juventude.

2.1 Agentes de Leitura Mais Cultura

O Agente de Leitura foi criado sob inspiração de uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará em vigor desde 2005. A iniciativa cearense por sua vez é baseado no PSF – Programa Saúde da Família, onde agentes de saúde visitam as famílias numa ação de orientação e prevenção à doenças. O Agente de Leitura, portanto é baseado em visitas domiciliares para mediar leitura, embora sua atuação não seja restrita apenas a isso. O programa prevê realização de rodas de leitura, empréstimos de livros, saraus, entre outras iniciativas.

Os agentes de leitura Cultura Viva, dentro do Programa Mais Cultura são jovens de 18 a 29 anos com ensino médio completo. Cada agente recebe uma bolsa de R$ 350,00 e kit completo contendo livros, mochilas e bicicleta. Sua atuação será junto à municípios e localidades com baixo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. A contratação passa necessariamente pela parceria com estados e municípios. A previsão do Ministério da Cultura era de capacitar 5 mil jovens agentes ainda em 2009. Com isso, acreditava atingir 200 mil famílias, grande parte delas oriundas do Programa Bolsa Família.

O Programa no entanto só iniciou em 2010 com uma previsão de capacitar 2229 jovens. O município e São Bernardo do Campo no ABC Paulista foi o pioneiro no conveniamento e publicou Edital para selecionar 278 jovens em 2009 e mais 122 numa nova etapa que só se concluirá em 2011. A Bahia é o Estado com maior número de bolsistas selecionados: 572[31]. Trata-se, portanto de uma ação de razoável abrangência com grande potencial multiplicador. Seus resultados, porém, terão que ser averiguados posteriormente. Executados no âmbito do Plano Nacional do Livro e da Leitura, o Agente de Leitura Mais Cultura será objeto de uma avaliação já encomendada ao IPEA que acompanhará a execução do Programa nos anos de 2011 e 2012. Mas o IPEA só terá condições de analisar esta iniciativa no final de 2011 porque os agentes de leitura de São Bernardo do Campo ainda estão em processo de seleção, segundo informou a Secretaria de Cultura local. Ou seja, o Programa efetivamente não começou.

Chama a atenção a semelhança do Agente de Leitura Mais Cultura com o Agente Cultura Viva . A faixa etária do público é praticamente a mesma. Os dois atuam nas comunidades. A diferença é que o Agente Cultura Viva (jovens de 15 a 29 anos) está vinculado aos Pontos de Cultura do qual recebe a formação necessária para realizar sua atuação, enquanto o Agente de Leitura (jovens de 18 a 29 anos) se vincula às bibliotecas públicas ou aos Pontos de Leitura e recebem a formação da Cátedra UNESCO da Leitura sediada na PUC do Rio de Janeiro. O valor da bolsa nos dois casos é quase idêntico. Tamanha semelhança nos leva a indagar porque não fundir os dois programas? Neste caso, parece viável, ampliar o escopo de atuação do Agente de Leitura incorporando outras linguagens para além da leitura. Talvez haja aqui uma dispersão de esforços e de recursos que poderiam ser melhor aplicados havendo uma coordenação de ações.

2.2 Espaço Mais Cultura

---

[31] Fonte: www.cultura.gov.br

Este é o Programa que mais tem a cara do PAC, pois trata-se da ação do MINC voltada à infraestrutura de espaços culturais, seja para construção onde não existe ou para reforma e ampliação de estruturas já existentes. Em boa medida o Espaço Mais Cultura recupera a ideia das BACs – Bases de Apoio à Cultura defendida pelo Presidente Lula no início de seu primeiro mandato. Por sinal, Lula ao inaugurar o primeiro desses espaços se referiu às BACs sem mencionar o nome da proposta.

Este primeiro Espaço Mais Cultura foi inaugurado em setembro de 2009 em Fortaleza, Capital do Ceará. Trata-se do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza – Cuca Che Guevara, localizado na Barra do Ceará. Com mais de 14 mil m² e capacidade para atender 3.500 pessoas por dia, o espaço já é considerado o maior equipamento cultural público da América Latina. A unidade conta com um cineteatro, ginásio de esportes, campo de futebol, piscina olímpica, rádio escola, dentre outros espaços, construídos especialmente para o atendimento de adolescentes e jovens[32].

O Ministério da Cultura investiu R$ 2,5 milhões na obra do CUCA que obteve um aporte de mais R$ 400 mil da Prefeitura local. Outras 17 cidades, quase todas Capitais, estavam com projetos em andamento na época da inauguração do espaço Mais Cultura em Fortaleza. Naquela ocasião o Ministro Juca Ferreira lançou edital para selecionar mais 20 projetos de cidades com população entre 50 mil e 500 mil habitantes. Para cada uma será destinada uma verba de R$ 450 mil. Este edital teve sua seleção concluída no primeiro semestre de 2010. São, portanto, pelo menos 38 projetos. No entanto não foi possível verificar informações detalhadas sobre o andamento das obras e o perfil do público por elas atendido já que o MINC ainda não disponibilizou o Relatório do Programa Mais Cultura referente ao ano de 2009 e não há informações sistematizadas para o ano de 2010. Consulta feita à SAI apontou que nenhum outro Espaço Mais Cultura foi inaugurado até outubro deste ano. Ou seja, passado mais de um ano da inauguração do CUCA, este, continua sendo a única unidade em funcionamento.

Provavelmente os demais espaços Mais Cultura não serão como o CUCA de Fortaleza que é dirigido exclusivamente a Jovens, mas certamente os projetos terão significativa inserção junto ao segmento juvenil, posto que este é um dos públicos prioritários do Programa Mais Cultura. Dessa forma os Espaços Mais Cultura se constituem numa ação pública de garantia do acesso à atividades e bens culturais à população de modo geral e a juventude em particular. Trata-se de uma política articulada com municípios e com amplo potencial de abrangência uma maior garantia de continuidade, já que se baseia em equipamento público. É preciso considerar neste caso se a gestão desses equipamentos leva em conta a participação dos usuários na definição de suas programações como recomenda a Conferência Nacional de Juventude realizada em abril de 2008:

"Criação em todos os municípios, de espaços culturais públicos, descentralizados, com gestão compartilhada e financiamento direto do Estado, que atendam as especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade" [33]

3 - Prêmio Cultura Hip Hop

---

[32] Fonte: www.cultura.gov.br

[33] 1ª Conferência Nacional de Juventude – Levante Sua Bandeira – Caderno de resoluções, Secretaria Nacional de juventude, 2008

Em 2003, o presidente Lula recebeu uma comitiva de artistas e ativistas ligados ao Hip Hop. Foi a primeira vez que um Presidente da República recebeu representantes deste Movimento no Palácio do Planalto. A audiência foi acompanhada pelo então Ministro Gilberto Gil. A delegação formada por cerca de 20 pessoas tinha quatro nomes que exerciam liderança no grupo: Celso Athayde, MV Bill, GOG e Preto Ghóez. Os dois primeiros representavam a CUFA – Central Única de Favelas. Preto Ghóez representava o MHHOB – Movimento Hip Hop Organizado do Brasil e GOG, rapper de Brasília não se filiava a nenhuma organização. Naquele encontro Lula se comprometeu a traçar políticas voltadas para a cultura hip hop. O Ministério da Cultura se encarregou da tarefa.

A audiência não surtiu efeito imediato. Passado pouco mais de um ano, Preto Ghóez morreu em um acidente de carro em Santa Catarina para onde havia ido fazer uma palestra. O rapper maranhense radicado em São Paulo, integrante do grupo Clã Nordestino era a voz mais politizada daquele grupo que se reuniu no Palácio do Planalto e buscava junto ao Governo uma política abrangente de alcance nacional que fortalecesse o hip hop e suas organizações. Essa voz se calou e o tema foi praticamente abandonado.

A cultura hip hop acabou aparecendo indiretamente para o MINC no Programa Cultura Viva por meio de Pontos de Cultura voltados para essa linguagem. Entre os poucos com esse perfil, há o Ponto (e Pontão) de Cultura Preto Ghóez Vive em Teresina, criado em 2006 que mantém várias atividades incorporando outros programas governamentais como a Casa Brasil, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

No ano de 2007, a SID – Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, então chefiada pelo ator Sergio Mamberti promove o Festival Rap Rep. O evento consistiu num encontro de abrangência nacional envolvendo artistas do Rap e demais elementos do Hip Hop (DJ, MC e B Boy) com os repentistas nordestinos e foi realizado em João Pessoa na Paraíba. Tendo como um dos curadores o dançarino Nelson Triunfo, um dos precursores do hip hop no Brasil, o Rap Rep reativou no governo o compromisso de saldar a dívida com o hip hop, expressão da cultura urbana brasileira que jamais foi alvo de uma ação pública federal específica.

No ano seguinte, em setembro mais precisamente, a SID realizou uma plenária de escuta com artistas e lideranças do hip hop. Dezenas de pessoas de várias partes do Brasil se reuniram para discutir uma ação desta Secretaria que é a instância do Ministério encarregada do tema da juventude. A SID, como já foi dito aqui, reconhece o Hip Hop como uma linguagem artística muito identificada com a juventude e tomou para si a incumbência de promover ações voltadas para essa cultura. Daquela plenária surgiu a ideia de se fazer um Prêmio porque é dessa forma que o Governo consegue repassar recursos para grupos, pessoas e instituições sem a burocracia dos convênios e termos de parceria.

Ficou estabelecido no Encontro que a iniciativa se chamaria Prêmio Cultura Hip Hop Edição Preto Ghóez em homenagem a um dos mais importantes ativistas do hip hop do Brasil, autor do livro A Sociedade do Código de Barras. Definiu-se também cinco categorias para a premiação:

Reconhecimento: destinada a reconhecer personalidades (vivas ou mortas) ou coletivos com relevantes serviços prestados à cultura hip hop no Brasil.

Escola de Rua: iniciativas pedagógicas que utilizam elementos da cultura hip hop na escola formal ou na educação informal.

Correria: voltada para projetos de geração de renda.

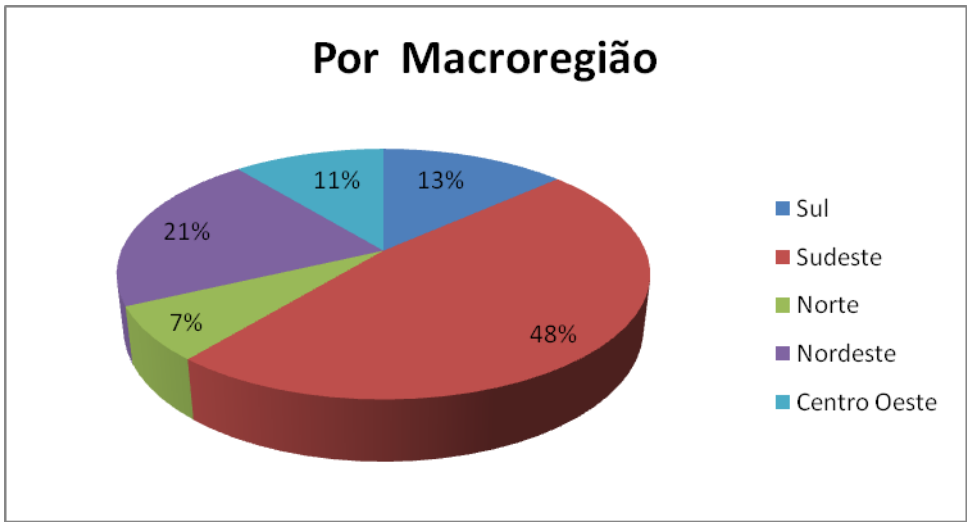
Conhecimento: visa premiar iniciativas de produção de informação e conhecimento relacionado à cultura hip hop (revistas, sites, livros, seminários).

Conexões: valoriza ações que aproximam a cultura hip hop de outras linguagens, principalmente das expressões culturais afrobrasileiras.

Naquele encontro foi recomendado que os prêmios fossem distribuídos equitativamente pelos estados. Assim, as categorias Escola de Rua e Correria, com 27 prêmios cada, teria um contemplado por Estado da Federação. Já as categorias Conhecimento e Conexões, cada uma com 35 prêmios, seria distribuída por macroregião, ficando sete para cada uma. O mesmo ocorreu com a categoria Reconhecimento que teria seus 10 prêmios repartidos igualmente entre as cinco macroregiões. O Edital foi lançado somente em abril de 2010, oferecendo 135 prêmios no valor de R$ 13 mil cada um, somando R$ 1,7 milhão de investimento. As inscrições se encerraram em agosto com 1064 propostas encaminhadas, sendo que 197 delas ficaram inabilitadas[34]. As 867 inscrições habilitadas ficaram assim distribuídas:

Por Macroregião e Estados da Federação:

Macroregião	Estado/nº de inscrições	Total
SUL	RS, 49/SC, 35/PR, 31	115
SUDESTE	SP, 239/MG, 70/RJ, 70/ES, 29	408
NORDESTE	MA, 27/PI, 15/CE, 28/RN, 04/PB, 25/PE, 20/AL, 14/SE, 08/BA, 39	180
NORTE	AC, 05/AP, 05/ RO, 06/ AM, 11/ RR. 03/PA, 27/TO, 03	60
C. OESTE	DF, 37/MT, 12/MS, 14/GO, 31	94

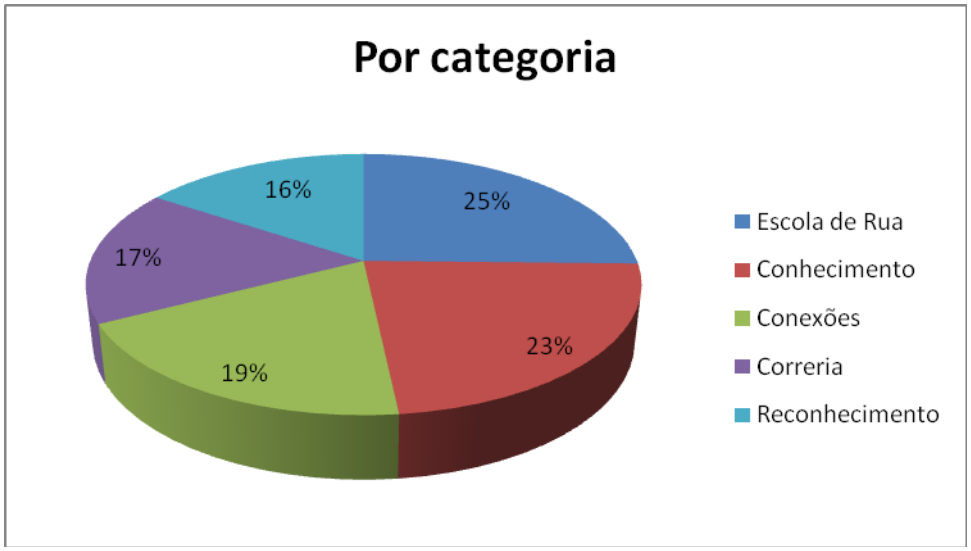


[34] Este texto foi escrito durante o período de vigência do prazo de recurso para as iniciativas inabilitadas estipulado até 20 de outubro. Esperava-se que pelo menos 100 dessas inscrições se regularizassem.

A existência de inscrições em todos os estados denota uma presença da cultura hip hop em todo o território nacional, implicando certamente uma diversidade importante na forma como essa cultura se expressa em cada região. Muito identificado com o contexto urbano, o hip hop não se restringe apenas às grandes metrópoles, mas é certo, pelos dados, que nas grandes cidades essa cultura mantém sua maior difusão. Basta notar que, dos 239 projetos inscritos no Estado de São Paulo, a maioria é de cidades da regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, sendo que 112 deles são da Capital Paulista.

Por categoria:

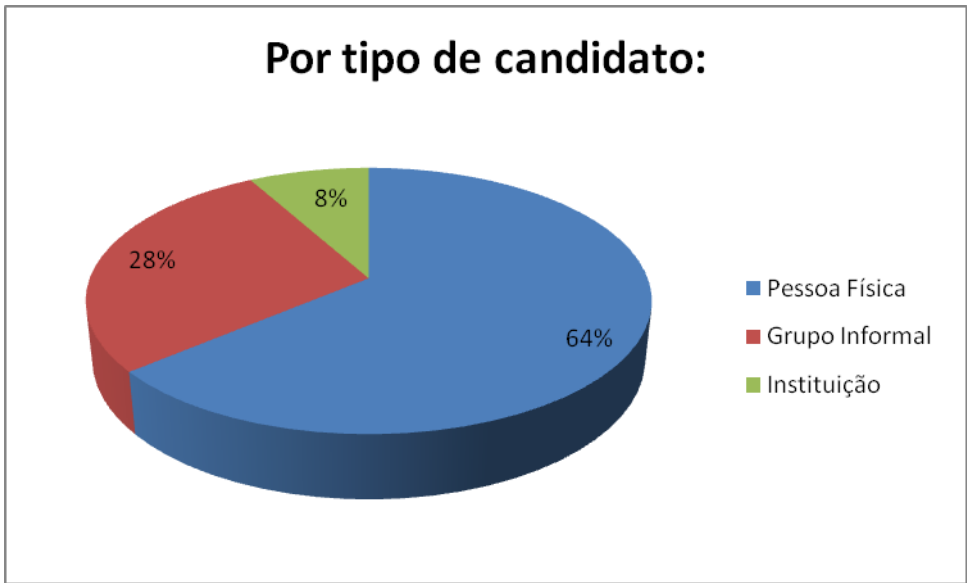
Escola de Rua	216
Conhecimento	196
Conexões	163
Correria	144
Reconhecimento	134



Chama a atenção o equilíbrio entre as categorias. Excetuando Reconhecimento que é uma categoria muito distinta e que não implica uma iniciativa propriamente, não há entre as demais uma disparidade significativa. Uma análise mais detalhada das iniciativas poderá revelar melhor o perfil dos candidatos já que o formulário de inscrição não oferecia questões que o caracterizasse bem. Há o dado importantíssimo da idade do candidato inscrito, mas essa informação ainda não foi disponibilizada. Esse dado é fundamental, pois como ficou bem anunciado na tabela abaixo , praticamente dois terços das inscrições são de pessoas físicas. Será que o Hip Hop já não é mais tão coletivo como nos anos 1990? Serão esses proponentes jovens com até 29 anos?

Por tipo de candidato:

Pessoa Física	544
Grupo Informal	239
Instituição	69



Se de fato, o Prêmio Cultura Hip Hop conseguiu atrair o segmento juvenil, este demonstra um vínculo importante com atividades educativas, seja na escola ou com educação informal e também com projetos de comunicação e produção de informações, já que 50% das inscrições foram nas categorias Escola de Rua e Conhecimento. A quantia de projetos inscritos na categoria Correria revela o potencial que o hip hop tem para gerar renda. Projetos como serigrafia e gravação de CDs aparecem com frequência. Organização de eventos e festas também. No Pontão de Cultura Preto Ghoéz Vive em Teresina, citado anteriormente, há estúdio de gravação e ateliê de design de roupas que são muito utilizados pelos jovens frequentadores daquele espaço cultural. Estamos certamente diante da evidência de uma grande possibilidade para o Governo expandir essas iniciativas neste campo.

Já a categoria Conexões foi a via por meio da qual aqueles candidatos que tinham projetos eminentemente artísticos puderam inscrever suas iniciativas. A SID estipulou os 14 critérios de seleção do Prêmio numa concepção excessivamente social[35]. Não há entre eles nenhum que fosse estritamente artístico. Então quem tinha uma iniciativa desvinculada de propósitos sociais foi orientado a se inscrever na categoria Conexões que sugeria a relação do hip hop com outras linguagens artísticas, em especial afrobrasileiras. Isto posto, torna-se muito relevante o número de inscrições nesta categoria.

---

[35] São eles: IDH do município onde se realiza a iniciativa inscrita; benefícios para comunidades em situação de fragilidade social; tratamento de gênero; oportunidade de trabalho; preservação da memória do hip hop; benefício direto a crianças, jovens e idosos; protagonismo; potencial multiplicador após o uso dos recursos do Prêmio; promoção da cultura hip hop por meio de projetos educativos; difusão da cultura por através dos meios de comunicação; trocas de experiências em âmbitos regional, nacional e internacional; fortalecimento das organizações do hip hop; aumento do acesso a outros bens e serviços culturais oferecidos pela sociedade; aumento da inclusão digital. Fonte: Prêmio Cultura Hip Hop – Edição Preto Ghóez 2010 – Manual de Orientação Para Candidatos.

Não podemos considerar o Prêmio Cultura Hip Hop como uma política cultural para a juventude embora seja uma ação respaldada nas prioridades da Conferência Nacional de Juventude, mas se trata sim de uma iniciativa pública importante com razoável abrangência e um instrumento por meio do qual o Ministério da Cultura poderá dimensionar uma futura política para essa expressão cultural que, sem dúvida, tem ampla presença junto às juventudes, principalmente das periferias urbanas[36]. Mas a SID não deve restringir sua atuação na juventude apenas ao hip hop. O espectro de interesse dos jovens é muito mais amplo, inclusive daqueles que vivem nas periferias.

A Conferência Nacional de Juventude em suas prioridades relacionadas à Cultura defende que o hip hop seja reconhecido como manifestação cultural e artística[37]. O que não significa que haja aqui uma compreensão de que o hip hop seja por excelência uma cultura juvenil. Tampouco a SID restringiu o Edital do Prêmio Hip Hop à faixa etária dos 15 aos 29 anos. Talvez fosse o caso de se dar atenção ao hip hop, independente de recorte etário, ou então algo mais ousado. A SID poderia se dedicar às culturas das periferias urbanas, onde certamente o hip hop e os jovens estariam contemplados.

O lugar do jovem nas políticas do Ministério da Cultura

Embora pontuais e de baixo alcance, há que se considerar as iniciativas do Ministério da Cultura voltadas para o segmento juvenil da sociedade brasileira nesses oito anos de Governo. A concepção, porém, foi em grande medida marcada por uma visão compensatória e não emancipatória, apesar de os gestores do MINC se referirem frequentemente à política do órgão com este adjetivo. De fato, a emancipação está colocada no horizonte da política, mas sua execução cumpre um roteiro demasiadamente social. Assim pelo menos fica demonstrado nas duas ações aqui relatadas que estabelecem um recorte etário: Agente Cultura Viva para jovens de 15 a 29 anos e Agentes de Leitura Mais Cultura, dirigida à faixa de 18 a 29 anos.

Nos dois casos são bolsas para jovens de baixa renda atuarem junto à comunidades pobres que por consequência têm pouco acesso a bens culturais. São ações importantes, sem dúvida. É necessário que as políticas incidam nas desigualdades. Mas reduzir a atuação da política da cultura voltada para a juventude apenas ao combate à pobreza é perder de vista a noção de direito. Ou seja, o acesso é proporcionado num contexto de exclusão numa ação pontual, de baixo alcance e de continuidade não assegurada, já que não é lei. Além do mais, é importante destacar que já há algum tempo, os jovens das periferias assumiram para si o bordão da juventude de classe média da década de 1980 : "A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte", cantado na conhecida música dos Titãs.

Já os Espaços Mais Cultura têm diferentes formatos conforme a Cidade em que é instalado e as motivações da política local , uma vez que são erguidos, reformados ou ampliados em parceria com os municípios. No caso do CUCA de Fortaleza há uma forte indicação de permanência em função do respaldo legal que a Prefeitura lhe dá. Neste caso da capital cearense pode-se concluir que se trata de uma política voltada para a juventude, embora não seja exclusivamente cultural. É necessário observar se os outros Espaços Mais Cultura terão um perfil semelhante. Caso contrário, do ponto de vista do Ministério, essa ação será apenas uma iniciativa de criação de infraestrutura para a cultura nas cidades.

---

[36] Pesquisa do Instituto Datafolha Jovem Século 21 realizada em 2008revela que o Rap tem 22% da preferência dos jovens em termos de estilo musical, perdendo apenas para o forró (25%); Pagode (23%) e o Rock (23%).
[37] 1ª Conferência Nacional de Juventude – Caderno de Resoluções, op. Cit.

A noção de direito só se sustenta com a efetiva atuação do Estado. Nesse sentido a Cidade de São Paulo dá um importante exemplo. Na gestão da Prefeita Marta Suplicy foram criadas as leis de fomento à dança e ao Teatro. A petista saiu, entrou o tucano José Serra, depois Gilberto Kassab que é do DEM e a política continuou. Assim também é com o VAI – Valorização de Iniciativas Culturais, Programa de fomento a projetos culturais de jovens, criado em 2004 e que se encontra na sua sétima edição atuando com 100 projetos em 2010 aos quais são repassados a cada um, R$ 20 mil para o desenvolvimento de iniciativas num prazo de nove meses. Esta política mira os jovens pelo seu potencial criativo e como sujeito de direito. Prioriza iniciativas coletivas e o jovem da periferia, mas não exclui os demais. A respeito dele Helena Abramo, estudiosa do tema da Juventude, diz:

"O VAI tem um caráter inovador, exatamente porque revela uma visão diferenciada a respeito dos jovens, apostando na sua atuação, como sujeitos produtores de ações significativas para si e para a cidade e na sua expressão cultural como direito que cabe ao poder público apoiar. Nesse sentido porque designa ao Estado, e não somente às instituições privadas, a responsabilidade pelo incentivo à produção cultural, é que se permite a discussão e o controle públicos da direção deste investimento." [38]

A Cidade de São Paulo também criou o CCJ – Centro Cultural da Juventude recentemente batizado de CCJ Ruth Cardoso, um modelo de espaço cultural voltado para os jovens na periferia da Zona Norte da Capital. Equipamento amplo, de qualidade, com programação que respeita a diversidade, aberto à participação da comunidade e que está em vias de se regulamentar nos termos de lei municipal. Criado na gestão de José Serra em 2005, o CCJ está sendo implantado em outras regiões da periferia paulistana.

Se o Ministério pretende encarar o tema da juventude nas suas políticas de forma estruturante tem de pensar ações mais efetivas de larga abrangência, eficácia comprovável e amparadas num marco legal que lhe assegure permanência. Isso vale para a juventude, mas também para toda a política. Nada do que foi analisado aqui é lei. Nem mesmo os Pontos de Cultura, grande vedete do Ministério da Cultura, tem respaldo legal. Se a próxima gestão não se interessar por eles, sua continuidade ficará sob risco.

A Conferência Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura

A fim de prospectar rumos da política de cultura para a juventude, analisamos os dois documentos que contém a visão estratégica do setor: as prioridades da II Conferência Nacional de Cultura realizada em 2010 e as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura, formulada em 2008 e que está em discussão no Congresso Nacional.

II Conferência Nacional de Cultura

O processo de realização da II Conferência Nacional de Cultura é revelador do quanto a Juventude está fora da agenda da política cultural como um tema estruturante. Realizada em março de 2010, a Conferência se organizou em cinco eixos temáticos:

Eixo 1 – Produção Simbólica e Diversidade Cultural

---

[38] Abramo, Helena in VAI 5 Anos, Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 2008

Eixo 2 – Cultura, Cidade e Cidadania

Eixo 3 – Cultura e Desenvolvimento Sustentável

Eixo 4 – Cultura e Economia Criativa

Eixo 5 – Gestão e Institucionalidade da Cultura

Para cada um desses eixos foram estabelecidas prioridades. Entre as 32 mais votadas, nenhuma trata da Juventude. Sequer a palavra é mencionada. É importante salientar que precedeu a Conferência, 19 pré-conferências com temas diversos que iam do teatro à moda, passando pela arte digital, artesanato, circo, design, entre outros. Não houve uma pré-conferência de juventude[39]. Nem mesmo o Hip Hop que tem representação no Conselho Nacional de Política Cultural[40] e é tido pelo MINC como uma expressão cultural típica da juventude, teve uma pré-conferência. Interessante aqui observar que, por outro lado, não houve uma mobilização das organizações juvenis para pressionar o MinC a realizar uma pré-conferência voltada ao segmento. Talvez devido a isso o CONJUV tenha sido enfático ao recomendar a "criação de recorte de juventude aos programas do MinC, criando-se espaço interno de discussão de políticas públicas da juventude" [41]. Sendo a Conferência o principal indicador de demanda para a política cultural, corre-se o risco da juventude ser ainda menos contemplada nas próximas gestões.

Plano Nacional de Cultura

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Plano Nacional de Cultura- PNC. Trata-se do primeiro plano estratégico para o Setor que organiza as bases para uma política cultural de Estado, apoiada na ideia do Sistema Nacional de Cultura e feito de forma democrática[42]. Concebido como instância organizadora da política cultural brasileira, o PNC está baseado em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. O documento se estrutura em cinco estratégias gerais:

1 – Fortalecer a ação do Estado no planejamento e execução das políticas culturais

2 – Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira.

3 – Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e produção cultural

4 – Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável

5– Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais

Em nenhuma dessas estratégias a juventude aparece como uma questão fundamental. O tema é mencionado apenas cinco vezes:

---

[39] www.cultura.gov.br/cnpc 2010

[40] O segmento do Hip Hop é representado no CNPC pelo rapper GOG.

[41] Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal 2010, CONJUV, inédito.

[42] Houve no Brasil um Plano Nacional de Cultura elaborado pelo Governo Militar em 1975. Sobre isso ver, Reis, Paula Felis dos – Políticas Nacionais de Cultura: O documento de 1975 e a proposta do Governo Lula/Gil, in Políticas Culturais em Revista, v. 2, UFBA, 2008.

Estratégia 2, item 3 – *Valorização da Diversidade*, subitem 3.2: elaborar programas e ações culturais, assim como projetos de formação profissional e de público, que levem em conta as demandas e as características específicas de diferentes faixas etárias (infância, juventude e terceira idade).

Estratégia 3, item 2 - *Equipamentos Culturais e Circulação da Produção*, Subitem 2.4: incentivar uma rede de espaços públicos culturais dedicados às crianças e aos jovens, que aliem atividades lúdicas e criativas ao conhecimento e à fruição das artes e das expressões culturais, como meio imprescindível de formação para a cidadania. Subitem 2.16: Estabelecer programas de estímulo ao acesso de crianças e jovens aos bens culturais de suas comunidades, por meio da oferta de transporte, descontos e ingressos gratuitos e a realização de atividades pelas escolas, como oficinas, visitas a museus, excursões ao cinema e ao teatro.

Estratégia 4, item 1 – *Capacitação e Assistência ao Trabalhador da Cultura*, Subitem 1.5: Estabelecer parcerias entre órgãos de educação, cultura, Sistema S e ONGs para a realização de cursos de capacitação em centros culturais e outros espaços. Dar prioridade a grupos marginalizados, afro-brasileiros e jovens, e torná-los agentes de propagação de atividades artísticas e culturais. Subitem 1.11: Fomentar a formação e a capacitação de jovens e idosos para a produção cultural, assegurando condições de trabalho e geração de renda, particularmente em áreas de marginalização social.

Em nenhuma das menções os jovens aparecem com exclusividade. Ou a juventude está junto com criança, ou com idosos e grupos marginalizados. Se a Conferência Nacional de Cultura sequer mencionou a juventude nas suas 32 prioridades, o PNC o faz com uma visão muito limitada sobre o tema, aquém inclusive das políticas já adotadas pelo Ministério da Cultura. Sendo assim, ficamos diante de uma situação complicada para se pensar o rumo das políticas públicas de cultura para a juventude, já que os principais documentos que orientam as ações estratégicas da política de cultura omitem ou abordam o tema da juventude de forma secundária.

Conclusão

A gestão do Governo Lula na área da cultura tem tido um reconhecimento muito positivo por parte de amplos segmentos da Sociedade. De fato passamos a ter uma política cultural abrangente, tendo o Ministério da Cultura como principal indutor e articulador de suas ações, fato que não existia durante os oito anos do Governo FHC, embora naquele governo, assim como no atual, tenha tido estabilidade no comando do órgão, uma vez que o sociólogo Francisco Weffort se manteve no cargo durante os dois mandatos daquela Gestão. Tampouco podemos falar de política cultural na fase anterior a 1995, período no qual o Ministério da Cultura passou por várias mudanças.

Criado em 1985, o Ministério da Cultura teve 10 ministros até 1994. Foram cinco no Governo Sarney; dois na gestão Fernando Collor de Melo, na qual o órgão deixou de ser Ministério e passou a ser Secretaria vinculada à Presidência e três no Governo Itamar Franco. Nem seria possível qualquer política mais estruturada em meio a tanta instabilidade na chefia da Pasta. Curiosamente a política mais duradoura desses 25 anos de existência do MINC é daquele período. Não por um acaso, uma lei. Trata-se da Lei Rouanet que estabelece os mecanismos de incentivo fiscal vigentes até hoje. Criada pelo embaixador Sergio Paulo Rouanet que foi secretário da cultura no Governo Collor de março de 1991 a outubro de 1992, a Lei que leva seu nome prevaleceu como símbolo maior da política cultural no Brasil até 2002, mantendo sua importância também nos últimos oito anos, embora não reine mais sozinha.

Foram muitas as iniciativas do Governo na área de cultura na atual gestão. Uma delas, foi a realização de duas conferências nacionais, precedidas das respectivas conferências estaduais e

municipais. Liderado pelo músico Gilberto Gil, único artista a ocupar o cargo de Ministro durante os 25 anos de existência do Ministério da Cultura, além de ser o primeiro negro, o órgão se descentralizou, fortaleceu sua estrutura e multiplicou seu orçamento. Realizou inúmeros projetos e programas e enfrentou o debate da reforma da Lei Rouanet e do Direito Autoral. Criou o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, lançando as bases de uma política estratégica de Estado e não mais de governo. Inventou os Pontos de Cultura que materializaram a ideia do do-in antropológico. Produziu junto com o IBGE estatísticas do setor cultural, algo que não existia. Articulou ações dentro do PAC e conseguiu entrar na divisão dos ganhos com a exploração da camada do Pré Sal.

Dado o cenário de imobilismo em que se encontrava o Ministério da Cultura até 2002, fica difícil não se impressionar com o dinamismo atual do órgão. Mas há que se fazer uma apuração mais detalhada do que foi realizado nesses oito anos do Governo Lula . É preciso fazer a crítica criteriosa e responsável. Este artigo apontou, na análise do tema da juventude, diversas insuficiências, ações de pouca abrangência, dificuldades de implementação e iniciativas sem respaldo em Lei. Não há uma política estruturada para a juventude na Cultura. O que existe, ainda que importante, não pode assim ser chamado. "Não é o que não pode ser", como diz outra canção dos Titãs.

O que ocorre na prática, principalmente se olharmos o caso dos Pontos de Cultura, é que a política, embora não sendo dirigida exclusivamente à juventude, dela, os jovens se apropriam. O ganho de efetividade que uma ação como essa tem na sua relação com a juventude, emana dos próprios jovens que usufruem dos Pontos de Cultura e não necessariamente pela intencionalidade existente na concepção desta política.

É oportuno refletir sobre as iniciativas do Governo Federal para que as políticas se aperfeiçoem e que, principalmente, possam transcender da esfera de governo para a esfera do Estado por meio de sua regulamentação em Lei. Só assim poderemos falar efetivamente de políticas públicas de modo geral e para os jovens em particular. Havendo cultura, diversão e arte , a juventude , participa, cria e recria e se apropria. Os dirigentes do Ministério da Cultura costumam dizer que a cultura no Brasil passou a ser um produto de primeira necessidade como o arroz e o feijão. Ora, se abrirem espaço a juventude vai fazer um banquete. "Você tem fome de quê?"

***Eleilson Leite** é historiador e programador cultural, membro da Coordenação Executiva da Ação Educativa e Coordenador do Programa de Cultura dessa Instituição.

São Paulo, outubro de 2010

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.) – *Retratos da Juventude Brasileira – Análise de uma pesquisa nacional*, São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, *A Política Cultural: Regulamentação Estatal e Mecenato Privado*, Revista Tempo Social vol.15 nº 2, Departamento de Sociologia/FFLCH-USP, São Paulo, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de, ANDRADE, Carla Coelho de(org.), Juventude e Políticas Sociais no Brasil, IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada, Brasílias, 2009.

FREITAS, Maria Virgínia de (org.) *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*, São Paulo, Ação educativa, 2005.

MANEVY, Alfredo – *Dez Mandamentos do Ministério da Cultura nas gestões Gil e Juca*, in Educação e Cultura, Cadernos do CENPEC, nº 7, São Paulo CENPEC, 2010.

REIS, Paula Felix dos, *Políticas Nacionais de Cultura: o documento de 1975 e a proposta do Governo Lula/Gil*, Revista Políticas Culturais em Revista, vol. 2, nº 1, UFBA, Salvador, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas, *Políticas Cultuais e Novos Desafios*, Revista Matrizes, ECA—USP, 2009.

SILVA, Frederico A. Barbosa da e ARAÚJO, Herton Ellery (org.) *Cultura Viva – Avaliação do Programa Arte educação e Cidadania*, IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada, Brasília, 2010.

TOMMASI, Lívia De (texto), *Sintonia Jovem – O que pensam e desejam os jovens brasileiros,* Fundação Padre Anchieta/Cultura Data, São Paulo, 2008.

TURINO, Célio, *Ponto de Cultura – O Brasil de Baixo para Cima*, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2009.

Documentos:

Orçamento da Juventude – Ágere Cooperação em Advocacy e Fundação Avina, São Paulo, Fundação Avina, São Paulo 2010 (inédito).

Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal 2010, CONJUV, Brasília, 2010 (inédito).

Almanaque Cultura Viva, Secretaria de Cidadania Cultural/Ministério da Cultura, Brasília, 2010.

Guia de Políticas Publicas de Juventude, Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2010.

1ª Conferência Nacional de Juventude – Levante sua Bandeira – Cadernos de resoluções, Conselho nacional de Juventude/ secretaria Nacional de Juventude/Governo Federal, Brasília, 2008.

Plano Nacional de Cultura – Diretrizes Gerais(segunda edição *)* , Ministério da Cultura/ Câmara dos Deputados , Brasília, 2008

Prêmio Cultura Hip Hop 2010 – Edição Preto Ghóez – manual de Orientação ao Candidato, Brasília, 2010

VAI 5 Anos – Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura de São Paulo, São Paulo, 2008.

Jovem Século 21 – Pesquisa Datafolha sobre o perfil do jovem brasileiro de 16 a 25 anos, Folha de São Paulo, São Paulo, 2008.

Sites

Ministério da Cultura: www.cultura.gov.br

Conferência Nacional de Cultura: www.cultura.gov.br/cnpc

Instituto Pensarte: www.culturaemercado.com.br